



C. T. P.

COMUNICADO
DA
SECÇÃO PEDAGÓGICA

1ª Reunião de trabalho de Professores e Estudantes

Na noite de Terça-Feira efectuou-se na sala da AE uma reunião de assistentes e estudantes, à qual compareceram cerca de 20 assistentes, os colaboradores da secção pedagógica da AE e alguns estudantes interessados.

O primeiro facto positivo a assinalar é precisamente o termos tido pela primeira vez desde há muito uma reunião de trabalho mista, em que todos procuraram igualmente para uma construção dentro de perspectivas que rapidamente se revelaram completamente inovadoras.

Dum primeiro período de esclarecimento sobre o mapa de exames, coroado com uma unânime aprovação do mesmo por parte dos assistentes, surgiu naturalmente a discussão do exame enquanto "consequência má dum ensino mau". Procurou-se minimizar o carácter aleatório e soberanamente injusto do exame. Na análise que se seguiu sobre o problema definiu-se a necessidade de que a selecção de orientação, única válida e construtiva, substituísse a selecção de eliminação que actualmente caracteriza o exame, caracterizando-se por uma dupla avaliação da capacidade de trabalho e capacidade de assimilação de conhecimentos do estudante. Nesta perspectiva o bom aluno será aquele que sabe trabalhar com os instrumentos que lhe são fornecidos.

Onde começam as contradições

Aqui se compreende que o problema do exame só podia ser resolvido resolvendo-se o problema do ensino. Mas o ensino na nossa Universidade não é mais do que uma máscara feia do que deve ser o sistema de relações numa Universidade autêntica: uma cultura que se transmite, uma formação humana que se conquista.

Então, desde o momento em que o que está errada é a própria concepção do ensino em Portugal, as conclusões apareceram naturalmente:

Para uma análise crítica dinâmica

Para alterar um sistema de ensino (e destruí-lo, e construir algo de novo no seu lugar) é necessária a destruição de toda uma estrutura, a criação de um sistema novo. Substituir uma estrutura por outra não tem nada a ver com tornar funcional uma estrutura caótica: eis porque não se põe uma questão de reforma (que por definição só altera um sistema de funcionamento), mas sim uma questão de revolução interior na própria Universidade. Essa revolução só pode nascer da própria Universidade, dos dois corpos que a constituem, os professores e os estudantes. E então será absurdo considerar o problema do intermediário, dos organismos ou das entidades exteriores aos estudantes e aos professores.

É então que se compreende a necessidade de formas de actuação dinâmicas, formas de actuação que contenham em si próprias a dinâmica que lhes permitirá uma renovação e uma evolução de processos contínua. É este tipo de actuação que nos permitirá atingir de dentro para fora, e não da acção ou concessão governamentais para a Universidade, o sistema estrutural que nos permitirá criar um Universo cultural legítimo e válido, capaz de construir o que uma verdadeira escola deve construir— uma Universidade autónoma organizada sindicalmente, dotada de acesso profundamente democrático.

A linha de acção apareceu definida em

Três Frentes Fundamentais

- a) uma frente imediata, de actuação directa no exame e mais ainda nos moldes de funcionamento das aulas, a concretizar já em Novembro próximo;
- b) uma frente mediata, de actuação indirecta, concretizada na constituição duma comissão mista permanente, composta por estudantes e assistentes, que terá como missão a análise crítica permanente dos processos actuais, com formulação de novas formas de actuação dinâmica e criação das mesmas.
- c) uma frente de reivindicação legal, concretizada na criação de duas comissões de estudantes e professores assistentes, que tinham como missão a reivindicação duma representatividade no C.E..

A primeira actuação destas duas comissões foi levada a efeito na Quarta-Feira, pretendendo-se a sua participação como observadores no C.E., com o objectivo de reivindicarem uma participação permanente no mesmo e aí defenderem a concepção que presidiu à criação do mapa de exames, bem como toda uma nova concepção do exame, do ensino, da Universidade.

Mas já vamos falar do Conselho Escolar!

Reunião Geral de Alunos

Na tarde de Quarta-Feira efectuou-se uma R.G.A. cujos objectivos eram a definição duma posição perante o problema da 2ª chamada, e a definição duma atitude perante qualquer resposta do C.E. às moções que lhe foram enviadas.

Chegou-se à conclusão de que a exigência que se fazia era de uma primeira chamada desdobrada em 3 datas, e que a 2ª chamada era um problema legal cuja resolução dizia respeito ao C.E.

Quanto às possíveis respostas do C.E. decidiu-se:

- 1) constituir-se uma comissão que se dirigiria imediatamente ao local onde estava reunido o C.E.;
- 2) que os estudantes presentes na R.G.A. se juntassem aos seus colegas que esperavam ser recebidos a participar no C.E.;
- 3) que em caso de recusa do C.E. em aceitar integralmente o mapa de exames se iniciasse uma greve às aulas de duração indefinida, até ao momento em que a decisão fosse revogada, e que na Quinta-Feira, às 10h da manhã se fizesse uma R.G.A..

Em ponto prévio um estudante de direito deu informação sobre a não homologação da direcção eleita em Direito, à qual se seguiu diálogo sobre o significado antidemocrático da decisão do MEN e sobre as inferências que daí se poderiam tirar para o MA de Lisboa e do País, particularmente o risco grave de uma CA em Direito.

Sobre o Conselho Escolar de Quarta-Feira

Durante toda a santa tarde as duas comissões de estudantes e assistentes, bem como muitos outros estudantes que os acompanharam, estiveram à espera que o C.E. se dignasse dar uma resposta ao pedido de admissão no mesmo. Logo que ele terminou foram dadas aos alunos informações do mesmo.

O mapa de exames foi aprovado com duas recomendações: que em nenhuma disciplina com mais de 100 estudantes houvesse qualquer prova escrita depois de 15 de Julho, e que no acto de inscrição cada estudante indicasse as datas em que ia fazer exame a cada disciplina. O estudante não ficará de modo nenhum vinculado à data que informou, podendo mesmo faltar ao exame ou fazê-lo noutra data.

A solução foi a esperada em face da unidade dos estudantes e dos assistentes pelo que o significado da ratificação do C.E. é diminuto. Mas o problema fundamental que era preciso resolver, a admissão das comissões de professores e alunos à reunião do C.E. foi iludido. De outras vezes o C.E. descobria que não tinha tempo para discutir o problema, desta vez as desculpas foram outras: que não havia professores catedráticos suficientes para tratar do assunto e que essas duas comissões foram lá para receber a resposta do C.E. sobre o mapa de exames e transmiti-la aos estudantes. Quer isto dizer, o C.E. ignorou o texto da moção que reivindicava explicitamente a participação na sua reunião, inventou um papel para essas duas comissões e decidiu arbitrariamente que os alunos e os assistentes não mais eram dignos do que ser os reporteres das decisões do C.E..

A interpretação que se impõe é bem simples. O C.E. continua a ignorar ostensivamente os estudantes e, o que é novo (mas não surpreende!) os próprios professores assistentes. Não é, decididamente, atitude inteligente acreditar que, nas actuais circunstâncias, o C.E. tenha capacidade para resolver seja que problema for que se lhe apresente. São os estudantes e os professores da nossa Faculdade que a partir de agora devem passar a encarregar-se de pôr em prática todas as formas de actuação que se apresentem necessárias aos espíritos de todos.

O nosso papel é passar a ignorar que na Faculdade de Ciências há uma estrutura chamada C.E., e passar a agir em função do facto. Reconhecer a existência prática do C.E. apenas quando esse mesmo Conselho decidir deixar de fugir às exigências que se lhe fazem, apenas quando ele reconhecer a nossa própria existência, e decidir que a sua existência não é concebível sem nele estarem presentes os estudantes e os professores, ou seja, a nossa Faculdade.

ACTUAÇÃO IMEDIATA

Foi decidido na reunião mista de professores e alunos dar-se um prazo de 10 dias para a correcção do mapa de exames em todas as cadeirás cujas datas mostrem inconvenientes a qualquer das partes. Assim os estudantes devem discutir nas aulas teóricas de cada cadeira as datas dos seus exames, de acordo com os professores das mesmas.

D I S C U T A M nas aulas as vossas datas de exames

Constituem **C O M I S S Õ E S** que levem à AE as decisões tomadas para o mapa de exames ser publicado na sua

V E R S ã O D E F I N I T I V A

E D E P O I S

**VAMOS AO ASSALTO DO MAPA DE EXAMES DE OUTUBRO
COM ÉPOCA PLENA**

A SECÇÃO PEDAGÓGICA